



**Ministério da
Ciência e Tecnologia**



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI - MPEG
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - CAD
SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – SMP**

**EDITAL EXERCÍCIO 2010
PREGÃO ELETRÔNICO MCT/MPEG nº 006/2010**

OBJETO:

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA DO SISTEMA DE SEGURANÇA DO MCT/MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTATE DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).



Ministério da
Ciência e Tecnologia



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI – MPEG
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO – CAD
SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – SMP**

EDITAL EXERCÍCIO 2010

**PREGÃO ELETRÔNICO n.º 006/2010
Processo n.º 01205.000.025/2010-50**

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, representada pelo **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT**, órgão vinculado à estrutura da Presidência da República, através do **MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI - MPEG**, Unidade de Pesquisa, sediado à Av. Magalhães Barata, nº 376, Belém/PA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.108.782/0001-38, com Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 803/2006 - MCT, através de sua **PREGOEIRA**, designada pela Ordem Interna nº 031/2008 - MCT/MPEG, torna público que realizará certame licitatório na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO, COM ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA PARA O DIA 14 DE ABRIL DE 2010, AS 09:00 HORAS – HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF, LOCAL: www.comprasnet.gov.br**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, que observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei nº 10.520, de 17.06.2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 de 21.06.93, Lei Complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/2007 e Lei 9.784/99 e suas alterações posteriores, e da Instrução Normativa MPOG nº 02/2008, alterada pela Instrução Normativa nº. 03/2009, Instrução Normativa nº. 04/2009 e Instrução Normativa nº. 05/2009, será em tudo regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e nos seus anexos.

INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO:

Setor de Licitações

E-mail: pregao@museu-goeldi.br

Serviço de Material e Patrimônio do MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi, Av. Magalhães Barata, nº 376 (Entrada pela Trav. Nove de Janeiro), CEP: 66040-170, Belém/PA , Telefone (91) 3249-5074.

1.0 DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de adaptação e manutenção corretiva do sistema de segurança do MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi, conforme especificações constantes do Termo de Referência/Projeto Básico – Anexo I, deste Edital.
- 1.2. O valor estimado dos serviços é de **R\$ 21.548,00 (Vinte e Um Mil Quinhentos e Quarenta e Oito Reais)**. Por tratar-se de uma estimativa, este montante não poderá ser exigido, nem considerado como valor de pagamento mínimo.

2.0 DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Compõem o presente Edital, dele fazendo parte integrante e indissociável, os seguintes anexos:
 - a) **Anexo I – Termo de Referência;**
 - b) **Anexos II – Formulário de Proposta Comercial;**
 - c) **Anexo III – Termo de Contrato;**
 - d) **Anexo IV – Modelo de Declaração de que não emprega menores de 18 anos;**
 - e) **Anexo V - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta**

3.0 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, por intermédio do sítio: www.comprasnet.gov.br.
- 3.2 Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, incluindo aquelas que não estejam contempladas pela regularidade perante o SICAF.
- 3.3 É obrigatória a apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante no Anexo VI deste Edital, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 02, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI.

Parágrafo Único. Enquanto o sistema eletrônico Comprasnet não disponibilizar, no momento da abertura da sessão pública, a referida declaração aos licitantes, esta poderá ser encaminhada pelo fax (91) 32495074, durante a fase de habilitação.
- 3.4 Uma vez que o custo total estimado da contratação é da ordem de **R\$ 21.548,00 (Vinte e Um Mil Quinhentos e Quarenta e Oito Reais)**, somente poderão participar deste certame às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelece o art. 6º do Decreto 6.204, de 05 de Setembro de 2007.
- 3.5 Como requisito para participar do certame, as microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 para seu enquadramento como ME/EPP.
- 3.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

3.7 Não será admitida nesta licitação a participação de:

- (a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- (b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, em processo de recuperação judicial ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o MCT/MPEG;
- (c) empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- (d) pessoas jurídicas das quais participem, seja a que título for, dirigente ou servidor do MCT/MPEG.

4.0 DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para participar do Pregão Eletrônico a licitante deverá se credenciar no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” no sítio www.comprasnet.gov.br. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 4.2 O credenciamento da licitante dependerá do seu registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 4.3 O cadastramento e habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, apresentando a documentação discriminada na IN - MARE nº 5/95, e suas alterações posteriores.
- 4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MCT/MPEG qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 4.6 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 4.7 Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.8 A licitante descredenciada no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

5.0 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 5.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por intermédio do *e-mail*: pregao@museu-goeldi.br. Será considerada a data de recebimento da mensagem no MCT/MPEG.

5.1.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, conforme disposto no § 1º do art. 18 do Decreto nº 5.450/2005;

5.1.2. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame.

5.1.3. As impugnações protocoladas intempestivamente não serão levadas em consideração.

5.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital.

5.3 Os teores das impugnações e esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficarão disponíveis para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no sistema comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, por meio do link: Acesso Livre > Pregões > Agendados".

5.4. A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6.0 DO CONTEÚDO E ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1 A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento de **PROPOSTA DE PREÇOS**, com a descrição de preço unitário (s) do (s) material (ais) ofertados até **às 09:00h (nove horas) do dia 14/04/2010, horário de Brasília-DF**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.comprasnet.gov.br.

6.2. Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

6.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.4. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6.5. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.6. As empresas participantes deverão informar se são optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. A falta desta informação corresponderá à resposta negativa, o que não implica na desclassificação dos licitantes.

6.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6.8. A apresentação da proposta, por parte do licitante, constitui indicativo de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.

6.8.1- A licitante declarada de inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública ou a existência de outro fato de igual efeito, fica impedida de participar da presente licitação.

6.9. Após o início da fase de lances, não cabe desistência da proposta.

6.10. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

6.11. Os preços propostos e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de, depois de encerrada a fase de lances, pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

6.12. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão das licitantes proponentes às condições deste Edital.

6.13. O contratante poderá efetuar pedido de fornecimento não incluindo todos os serviços mencionados no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

7.0. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A partir **das 09:00 horas do dia 14/04/2010**, horário de Brasília-DF, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico MCT/MPEG nº 006/2010, quando o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

7.4. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.0. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Para participar da fase competitiva (lances), a licitante deverá ter sua proposta de preços, previamente cadastrada no endereço www.comprasnet.gov.br.

8.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance mais vantajoso (menor valor ou maior desconto) em relação ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.6. Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.8. Durante o transcurso da sessão pública, o Pregoeiro enviará mensagens às licitantes, mas estas só poderão se comunicar com o Pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

8.9. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9.0. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES

9.1. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

9.2. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.3. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.5. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro anunciará a licitante responsável pelo menor lance, devendo esta encaminhar imediatamente, no prazo máximo de **60 (SESSENTA) minutos**, pelo Fax: (0xx91) 3249 5074, a documentação de habilitação que não esteja contemplada no SICAF, bem como o "Formulário de Proposta Comercial", nos moldes do Anexo II, com os valores correspondentes ao lance declarado vencedor.

9.6. Os originais ou cópias autenticadas da documentação, referida no subitem anterior, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do encerramento da etapa de lances, por via postal, com aviso de recebimento, ou por representante, diretamente no protocolo do MCT/MPEG, para o endereço indicado no preâmbulo deste Edital, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**MCT/MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 006/2010
RAZÃO SOCIAL E CNPJ
PROPOSTA COMERCIAL**

9.7. O encaminhamento do original da Proposta Comercial, assim como da documentação complementar de habilitação de que tratam os subitens 6.1.4 e 6.1.5 ou cópia autenticada das mesmas, será requisito essencial para celebração do instrumento contratual.

9.8. O Formulário de Proposta Comercial (ANEXO II) prevê, dentre outras, o fornecimento das seguintes informações:

9.8.1. ANEXO II:

(coluna B) – especificação do(s) serviço(s);
(coluna C) – unidade;

(coluna D) – quantitativo;
(coluna E) – preço de custo;
(coluna F) – tributos;
(coluna G) – transporte;
(coluna H) – outros;
(coluna I) – lucro;
(coluna J) – preço unitário final, com duas casas decimais, expresso em algarismos;
(coluna K) - preço total, que deverá ser apresentado com duas casas decimais, em moeda corrente nacional, expresso em algarismos;
(coluna L) - preço total por extenso, que prevalecerá em caso de discordância com o preço total expresso em algarismos.

9.8.2. prazo de validade da proposta, não deve ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura do certame. Na falta de tal informação será considerado aceito o prazo citado nesta alínea;

9.8.3. declaração, no corpo da proposta, de que, nos valores mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a serem ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita realização dos serviços objeto da licitação.

9.9. Recomendamos que, quando do preenchimento do formulário de Proposta Comercial, nele façam inserir o número da conta, da agência e do banco em que tenha conta corrente, número do CNPJ, endereço, telefone comercial, número de fac-símile e nome do representante, quando for o caso.

10.0. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço unitário conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

10.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do Edital.

10.3. Serão desclassificadas as propostas que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

10.4. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

10.5. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.6. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e mediante exame da documentação complementar de habilitação, prevista nos itens 11.1.4 e 11.1.5.

10.7. Para fins de habilitação, a verificação pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constituem meio legal de prova.

10.8. Uma vez aceita a proposta quanto ao valor e ao objeto, e verificado o cumprimento dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro anunciará a licitante vencedora.

10.9. A licitante vencedora, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão da ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação pertinente.

10.10. A ata da sessão pública do pregão será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

10.11. Constatado o atendimento às exigências do Edital e verificada a regularidade dos atos praticados pelo Pregoeiro, a autoridade competente registrará no sistema a homologação do Pregão.

10.12. O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que sejam possíveis: a aferição da sua qualificação; e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

10.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.0 - DA HABILITAÇÃO

11.1- Para habilitação das licitantes, será exigida documentação relativa:

11.1.1. à habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. à qualificação econômico-financeira:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

A boa situação financeira, a que se refere esta alínea, estará comprovada na hipótese de a licitante dispor de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um inteiro), calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- b) certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.1.3. à regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, compreendendo, inclusive, a apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

11.1.4. à qualificação técnica;

- a. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a realização dos serviços de forma satisfatória e compatível com o objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da licitante; descrição clara dos serviços prestados. O(s) atestado(s) também deverá(ão) contemplar todos os elementos necessários à comprovação de que os serviços nele(s) constantes são similares/compatíveis com os exigidos no Termo de Referência.
- b. Termo de vistoria datado e assinado de que vistoriou o local da execução dos serviços, e que conhece as condições em que serão executadas, não sendo admitidos, em hipótese alguma alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

11.1.5. Atendimento por meio de declaração quanto ao disposto no XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme ANEXO IV, firmada pelo representante legal da licitante, dando conta de que não emprega menores de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, bem como de que não prescreve trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos profissionais de seu quadro, com idade entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos;

11.2. As licitantes que tenham obtido habilitação parcial junto ao SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF, na qualificação compatível com o objeto do presente certame, ficarão dispensadas da apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, e qualificação econômico-financeira, ficando, contudo, obrigada a apresentar a documentação relativa à qualificação técnica e a declaração constante do subitem 11.1.5, e a declarar, a qualquer momento, fato superveniente impeditivo da sua habilitação.

11.2.1 A declaração constante do subitem 11.1.5 pode ser enviada por meio eletrônico, através do Sistema Comprasnet, dispensando o fornecedor que optar por este método do envio da declaração por fax ou correio.

11.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.4. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

11.5. Documentos de procedência estrangeira, ainda que oriundos de países de língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

12.0. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.2. O prazo para manifestação sobre a intenção de interpor recurso será aberto pelo Pregoeiro, durante a sessão, na fase de habilitação.

12.3. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 03 (três) dias para apresentação dos memoriais, os quais deverão ser enviados por meio eletrônico, havendo campo específico para esse fim no sistema comprasnet. As demais licitantes, caso haja interesse, poderão apresentar contra-razões, também por meio eletrônico, no prazo de 03 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Caberá à autoridade competente decidir os recursos contra ato do Pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala do setor de licitações, no prédio do Serviço de Material e Patrimônio do MCT/MPEG, localizado à Av. Magalhães Barata, 376, Belém-Pa, no horário de 9:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00 horas

13.0 DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

13.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.2 - O documento que integra o Anexo III deste Edital, denominado "Autorização de Serviço", é instrumento contratual no permissivo do art. 62 da Lei de nº 8.666/93.

13.3 - Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado do certame licitatório, será a licitante vencedora convidada, formalmente, a retirar o instrumento contratual respectivo e a restituí-lo devidamente assinado por seu representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito, o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.4 - É facultado ao contratante, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, não apresentar situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual ou ainda, recusar-se a assinar o mesmo injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

13.5 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo MCT/MPEG.

13.6 - Na assinatura do instrumento contratual, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do instrumento contratual.

13.7 - Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o instrumento contratual, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o instrumento contratual, sem prejuízo da multa prevista neste Edital.

14. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. O contrato a ser celebrado terá a duração de 04 (quatro) meses, contados da data de sua assinatura.

15.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes para a presente contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi – MCT/MPEG, Fonte Tesouro e Natureza de Despesa 339039.63.

16.0. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1 As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 Executado o objeto contratual, será ele recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (QUINZE) dias da comunicação escrita do contratado e definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

16.3 – A execução do objeto será fiscalizada por representante da **CONTRATANTE**, designado para esse fim, doravante denominado simplesmente **Unidade Fiscal**, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a) solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias objetivando o fiel cumprimento do objeto do contrato;
- b) emitir pareceres em todos os atos do **MCT/MPEG** relativos à execução do contrato, em especial as aplicações de sanções ou alteração que se façam necessárias;
- c) solicitar a liquidação das respectivas faturas/notas fiscais junto ao Serviço Orçamentário e Financeiro;
- d) sustar os pagamentos das faturas/notas fiscais, no caso de inobservância pela contratada de qualquer exigência contratual;
- e) participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços a serem contratados;
- f) notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre todas as ocorrências que possam vir embaraçar o serviço contratado;
- g) acompanhar a vigência do contrato, comunicando por escrito à Coordenação de Administração - CAD, qualquer ocorrência de anormalidade;
- h) executar outras atividades inerentes à boa execução dos contratos.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas à Coordenação de Administração do MCT/MPEG, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

16.4 O contrato será gerenciado pelo Núcleo Gestor de Contratos no âmbito do MCT/MPEG, conforme OI 007/2010.

16.5. Todas as dúvidas e/ou omissões serão resolvidas pela Coordenação de Administração do Museu Goeldi.

16.6. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual

17.0. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 - Os pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** em decorrência das obrigações assumidas serão efetuados mediante crédito bancário em favor da **CONTRATADA**.

17.2 - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços efetivamente executados, conforme cronograma de execução mencionado no item 4 do Termo de Referência.

17.3 - A **CONTRATADA** apresentará ao **FISCAL**, documento fiscal específico referente aos serviços realizados.

17.4 - O **FISCAL** terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

17.5 - O documento fiscal não aprovado pelo **FISCAL** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido para pagamento a partir da data de sua reapresentação.

17.6 - O prazo de pagamento, contado a partir da aprovação do documento fiscal, não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis.

17.7 - No ato do pagamento à **CONTRATADA**, serão consultados o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e o Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, para verificação da situação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, devendo seus resultados ser impressos e juntados aos autos do processo próprio.

17.8 - No caso de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratório, apurado desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = (N/30) \times (TR/100) \times VP$, onde:

EM: encargos moratórios;

N: número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

TR: percentual atribuído à Taxa Referencial no mês;

VP: valor da parcela a ser paga.

17.9 - O pagamento, quando houver revisão ou reajuste contratual, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, uma principal, correspondente aos preços iniciais e outra suplementar, relativa ao valor da revisão/reajuste devidas.

17.10 - O **CONTRATANTE** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de qualquer débito para com o CONTRATANTE.

17.11 – Nos pagamentos efetuados, haverá retenção dos impostos e contribuições, conforme a Lei nº 9.430/1996 e a IN SRF nº 480, de 15/12/2004 e suas alterações posteriores.

18.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Na execução do contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a envidar todo empenho e dedicação necessária ao seu fiel e adequado cumprimento, obrigando-se ainda a:

- a) Comunicar formal e imediatamente ao **FISCAL** de eventuais ocorrências anormais verificada na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível (no máximo vinte e quatro horas de ocorrência do fato);
- b) Recrutar em seu nome, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora;
- c) A **CONTRATADA** deverá realizar a substituição de qualquer empregado que, a critério do **CONTRATANTE**, não esteja habilitado à execução dos serviços;
- d) Realizar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado no Termo de Referência. Caso tal realização não seja feita dentro do prazo, a **CONTRATADA** ficará sujeita à multa estabelecida no edital.
- e) Todos os materiais e/ou peças para a realização dos serviços serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA** e deverão ser novas, originais e genuínas, devendo os mesmos conter marca, quando for o caso, em conformidade com a proposta apresentada na abertura da licitação;
- f) Os serviços e as peças de substituição serão inspecionados (qualitativa e quantitativamente) por um funcionário do Museu Goeldi ou um profissional designado pelo Gestor do Contrato na hora da realização do serviço,
- g) A **CONTRATADA** deverá apresentar as peças substituídas e a embalagem original do material de consumo utilizado na realização do serviço.
- h) Nos casos em que for necessário o remanejamento do(s) equipamento(s) das dependências da **CONTRATANTE** para a manutenção, o traslado do(s) equipamento(s) será(o) de responsabilidade da **CONTRATADA**.

18.2 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o MPEG/MCT.

18.3 O MPEG/MCT não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, representantes, ou quaisquer outros.

19.0 DOS DEVERES DA CONTRATANTE

19.1. Na execução do objeto do contrato, obriga-se o **CONTRATANTE** a:

- a) Indicar o **FISCAL** que acompanhará a execução do contrato;
- b) Conferir a qualidade do material a ser utilizado durante a realização dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.
- d) Manter, nas portarias do Parque Zoológico e Campus de Pesquisa, autorização para o acesso aos empregados da **CONTRATADA**;

20.0. DAS SANÇÕES

20.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

b) Multa de 0,3 % (três décimos por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, por dia decorrido em relação ao prazo estipulado, configurando-se, a partir do 30º dia o descumprimento total das obrigações assumidas;

c) multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, na hipótese de, já tendo a **CONTRATADA** sofrido punição na forma prevista na alínea anterior, vir ela a cometer igual sanção, ou ainda, não efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais sanções cabíveis;

d) suspensão temporária, de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos;, sem prejuízo das multas previstas neste contrato;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

20.2. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou, efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

20.3. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso Fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas, e sempre a critério da autoridade competente.

20.4. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

20.5 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução do contrato advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

22.0 DA FRAUDE À LICITAÇÃO

22.1. A constatação, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL para que sejam adotadas as providências direcionadas à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

23.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que sejam atendidos o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.4. Reserva-se ao Pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

23.5. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a data da abertura desta licitação;
- b) alterada as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

24.0. DOS CASOS OMISSOS

24.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 10.520, de 17.06.2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 de 21.06.93, Lei Complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/2007 e Lei 9.784/99 e suas alterações posteriores, e da Instrução Normativa MPOG nº 02/2008, alterada pela Instrução Normativa nº. 03/2009, Instrução Normativa nº. 04/2009 e Instrução Normativa nº. 05/2009, será em tudo regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e nos seus anexos.

24.2. Fica estabelecido o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir dúvidas ou pendências que não possam ser solucionadas administrativamente.

24.3 Este Edital será publicado no Diário Oficial da União e divulgado por meio eletrônico, na internet nos endereços: www.comprasnet.gov.br e www.museu-goeldi.br, em conformidade com artigo 17, Inciso I, do Decreto nº 5.450/2005.

Belém/PA, 30 de março de 2010.

MARLY TEREZA LAMEIRA DA SILVA

Pregoeira

OI nº 016/2009 - MCT/MPEG



ANEXO I

Pregão MCT/MPEG Nº 006 /2010
Processo nº 01205.000.025/2010.-50

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de adaptação e manutenção corretiva do sistema de segurança do MCT/MPEG, composto de equipamentos e software de vigilância através de câmeras de monitoramento (CFTV), Alarmes de Presença e mecanismos de controle de acesso do MCT/Museu Paraense Emilio Goeldi.

2 – QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS JÁ INSTALADOS COM DESCRIÇÃO DETALHADA POR LOCALIDADE:

CAMPUS DE PESQUISA	PARQUE ZOOBOTÂNICO
15 (Quinze) STAND ALONE,, 120 frames, 04 (Quatro)canais, marca AlphaDigi, modelo ADST 760, para monitoramento de CFTV e gravação digital, equipados com HD de 160 Gb, com acesso remoto TCP/IP.	14 (Quatorze) “STAND ALONE, 120 frames, 04 canais, marca AlphaDigi, modelo ADST 760, para monitoramento de CFTV e gravação digital, equipados com HD de 160 Gb, com acesso remoto TCP/IP.
58 (Cinqüenta e Oito Câmeras) CÂMERAS NIGH AND DAY VTV VT-3022-R “Nigth and Day”, lente 6mm, c/ Infra Vermelho para visão noturna, CCD Color ¼, 420 linhas, lente de 6 mm, auto regulável	54 (Cinqüenta e quatro) CÂMERAS NIGH AND DAY VTV VT-3022-R “Nigth and Day”, lente 6mm, c/ Infra Vermelho para visão noturna, CCD Color ¼, 420 linhas, lente de 6 mm, auto regulável
01 (Um) Micro Computador Pentium 4, 3.0 Ghz, 512 Mb RAM, HD 80 Gb, Monitor LCD 17’, equipados com software de visualização remoto de imagens	01 (Um) Micro Computador Pentium 4, 3.0 Ghz, 512 Mb RAM, HD 80 Gb, Monitor LCD 17’ equipados com software de visualização remoto de imagens
18 (Dezoito) centrais de alarme micro processadas 1 zona, marca CS, modelo 4000, com bateria seca.	14 (Quatorze) centrais de alarme micro processadas 1 zona, marca CS, modelo 4000, com bateria seca.
200 (Duzentos) sensores de presença ativos, Infra Vermelhos, PET imune 20 Kg.	160 (Cento e Sessenta) sensores de presença ativos, Infra Vermelhos, PET imune 20 Kg
02 (duas) Cancelas automáticas, de braços articulados, para 2.000 ciclos/dia	Não há cancelas
01 (uma) Catraca Eletrônica automática, em aço inox, equipada com cofre coletor	01 (uma) Catraca Eletrônica automática, em aço inox, equipada com cofre coletor
02 (um) Micro Computador Pentium 4, 3.0 Ghz, 512 Mb RAM, HD 80 Gb, Monitor LCD 17’, conversor USBx485, equipado com software amazonas de controle de acesso.	01 (Um) Micro Computador Pentium 4, 3.0 Ghz, 512 Mb RAM, HD 80 Gb, Monitor LCD 17’, conversor USBx485, equipado com software amazonas de controle de acesso. 01 (Um) Micro Computadore Pentium 4, 3.0 Ghz, 512 Mb RAM, HD 80 Gb, Monitor LCD 17’, equipado com impressora, e software para confecção de crachás em PVC.

3 – DESCRIÇÃO DETALHADA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

3.1 - DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

A empresa vencedora da presente licitação ficará responsável pela prestação dos seguintes serviços:

- Serviços de manutenção corretiva nos sistemas de CFTV, Alarmes de Presença, controle de acesso, incluindo as cancelas e catracas, equipamentos instalados no Campus de Pesquisa e Parque Zoobotânico do MPEG;
- Manutenção corretiva e interligação do sistema de CFTV do prédio da Rocinha com o sistema geral de monitoramento;
- Instalação do sistema de monitoramento em um só local, qual seja, no Campus de Pesquisas do MPEG, visto que o sistema atualmente encontra-se dividido em duas localidades;
- Manutenção corretiva nas cancelas, catracas e controle de acesso para o MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi, tanto Parque Zoobotânico quanto Campus de Pesquisa.

3.2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1.1 Da Manutenção Corretiva do Sistema de CFTV:

- a) Limpeza de conectores BNC e tomadas elétricas;
- b) Testes e verificação de “Stand Alone” câmeras, fontes e cabeamento;
- c) Substituição de equipamentos, acessórios, peças, cabos e conectores defeituosos;
- d) Verificação/correção dos sistemas e software de monitoramento das câmeras;
- e) Verificação de funcionamento de rede de acesso remoto;
- f) Atualização de software de acesso remoto, quando disponível pelo fabricante;

3.1.2 - Da Manutenção Corretiva dos alarmes de presença:

- a) Limpeza de conectores e tomadas elétricas;
- b) Testes e verificação das centrais, sensores, baterias, fontes e cabeamento;
- c) Substituição de equipamentos, acessórios, peças, cabos e conectores defeituosos;
- d) Substituição de controles remotos, pilhas e baterias, quando defeituosas.

3.1.3 Da Manutenção Corretiva das cancelas, das catracas e do Controle de Acesso:

- a) Limpeza de conectores RJ 45 e tomadas elétricas;
- b) Testes e verificação de placas de controle, conversores USBx485, fontes e cabeamento;
- c) Substituição de equipamentos, acessórios, peças, cabos e conectores defeituosos;
- d) Verificação/correção dos sistemas de software de controle de acesso;
- e) Verificação de funcionamento das redes 485;
- f) Atualização de software de controle de acesso, quando disponível pelo fabricante;

3.1.4 Da Manutenção Corretiva do Sistema de CFTV instalados no prédio da Rocinha e Instalação no sistema geral de monitoramento de CFTV do MPEG :

- a) Limpeza de conectores BNC e tomadas elétricas;
- b) Testes e verificação de “Stand Alone” câmeras, fontes e cabeamento;
- c) Substituição de equipamentos, acessórios, peças, cabos e conectores defeituosos;
- d) Verificação/correção dos sistemas e software de monitoramento das câmeras;
- e) Verificação de funcionamento de rede de acesso remoto;
- f) Atualização de software de acesso remoto, quando disponível pelo fabricante;
- g) Interligação deste Sistema com o Sistema geral de CFTV do MPEG

3.1.5. Da instalação do Sistema de CFTV em um só local-Setor de Segurança no Campus de Pesquisa

- a) Transporte dos Equipamentos que se encontram no Parque Zoobotânico para o Campus de Pesquisas;

- b) Testes e verificação de “Stand Alone” câmeras, fontes e cabeamento para o funcionamento de todo o Sistema de Monitoramento de CFTV, no Campus de Pesquisa
- c) Substituição de equipamentos, acessórios, peças, cabos e conectores necessários;
- d) Verificação/correção dos sistemas e software de monitoramento das câmeras;
- e) Verificação de funcionamento de rede de acesso remoto;
- f) Atualização de software de acesso remoto, quando disponível pelo fabricante;

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇOS	2010			
	MAR	ABR	MAI	JUN
4.1 – Manutenção Corretiva e funcionamento do circuito interno de CFTV do Parque Zoobotânico;	XXXXX			
4.2 – Manutenção Corretiva e funcionamento do sistema de alarmes dos Prédios do Parque Zoobotânico	XXXXX			
4.3– Manutenções Corretivas, funcionamento do sistema de CFTV do Prédio da Rocinha e Interligação deste com o sistema geral do MPEG;	XXXXX			
4.4 - Manutenção corretiva no sistema de controle de Acesso com o funcionamento da catraca no Parque Zoobotânico ;		XXXX		
4.5 - Manutenção Corretiva e funcionamento do circuito interno de CFTV do Campus de Pesquisas;		XXXX		
4.6 – Manutenções Corretivas e funcionamento do sistema de alarmes dos Prédios do Campus de Pesquisas		XXXX		
4.7 - Manutenção corretiva no sistema de controle de Acesso, com o funcionamento das cancelas e catracas, no Campus de Pesquisas;		XXXX		
4.8 – Transferência dos Equipamentos de monitoramento de CFTV do Parque Zoobotânico, para o Campus de Pesquisas, com instalação na sala de Monitoramento.			XXXX	
4.9 – Instalações dos equipamentos de monitoramento de CFTV do Campus de Pesquisas, na sala de Monitoramento;			XXXX	
4.10 – Testes de funcionamento do sistema de CFTV do Parque e Campus com o monitoramento em um só local no Campus de Pesquisas.;				XXXXX
4.11 – Testes de funcionamento de todos os sistemas de alarmes do Parque e Campus				XXXX
4.12 – Testes de funcionamento dos controles de acesso (Catracas e Cancelas) do Campus de Pesquisas e Parque Zoobotânico.				XXXXX

5 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VALIDADE DA PROPOSTA

5.1 O prazo para conclusão dos serviços e de vigência do contrato será de 04 meses a contar da data de assinatura do Termo de Contrato.

5.2. A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da abertura das propostas.

5.3- As peças substituídas, bem como os serviços executados, devem ter garantia mínima de 8 (OITO) meses a contar da data da conclusão dos serviços.

6.0 - DAS CONDIÇÕES E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1- Os serviços serão executados no Parque Zoobotânico, localizado na Av. Magalhães Barata, 376, São Braz, com entrada pelo portão da Travessa Nove de Janeiro, e no Campus de Pesquisa, localizado à Av. Perimetral, nº 1901, Terra Firme.

6.2 – Os materiais e equipamentos utilizados no serviço de manutenção e adaptação do sistema de monitoramento eletrônico do MPEG devem ser de boa qualidade, sendo os mesmos inspecionados durante a execução dos serviços.

6.3 – No caso de substituição de peças a **CONTRATADA** deverá apresentar marca em conformidade com a proposta apresentada na abertura da licitação, com garantia não inferior a 8 (OITO) meses a serem inspecionadas (qualitativa e quantitativa) pelo fiscal do contrato ou alguém por ele designado na hora da realização do serviço.

6.4- As peças utilizadas durante a execução serviço deverão ser novas e originais, não sendo de forma alguma resultado de processo de reutilização, recondicionamento ou remanufaturamento. Deverão conter lacre do fabricante da peça, acondicionados em suas embalagens (externa e interna) originais e em perfeito estado de conservação.

6.5 - Não será aceito produto que não apresentar as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como aquele diferente da marca ofertada na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.

6.6 Os serviços deverão ser realizados nas dependências do MPEG, havendo necessidade de algum dos equipamentos serem retirados da Instituição, a **CONTRATADA** deverá justificar o motivo a **CONTRATANTE**, após sua autorização poderá retirar o(s) equipamento(s), ficando a **CONTRATANTE** isenta de qualquer pagamento pelo serviço de remoção.

6.7 - Todas as dúvidas e/ou omissões serão resolvidas pela Coordenação de Administração do Museu Goeldi.

7. DA VISTORIA

a) Os locais de execução dos serviços e os equipamentos deverão ser previamente vistoriados de modo a serem conferidas medidas e características de instalação. As vistorias a serem realizadas no Parque Zoobotânico, poderão ser agendadas com antecedência, junto ao Chefe dos Serviços Gerais, Sra. Vera Almeida, telefone 3219 3350/3362 e no Campus de Pesquisas com o Sr. Mário Cruz. 3274-2105. Após as devidas vistorias será emitida a declaração de vistoria dos locais pela Senhora Vera Almeida. **As vistorias deverão ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas anteriores ao início do Pregão (modelo constante no anexo VI).**

b) A vistoria deverá ser feita por pessoa devidamente credenciada pela licitante, mediante a apresentação, **imprescindível**, de procuração, lavrada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, indicando a outorga de poderes na forma exigida, ou documento idôneo que demonstre a sua condição de sócio, gerente ou administrador da licitante e que declare os limites de sua atuação.

8.0- DOS DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Na execução do contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a envidar todo empenho e dedicação necessária ao seu fiel e adequado cumprimento, obrigando-se ainda a:

- a) Comunicar formal e imediatamente ao **FISCAL** de eventuais ocorrências anormais verificada na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível (no máximo vinte e quatro horas de ocorrência do fato);
- b) Recrutar em seu nome, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora;
- c) A **CONTRATADA** deverá realizar a substituição de qualquer empregado que, a critério do **CONTRATANTE**, não esteja habilitado à execução dos serviços;
- d) Realizar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado no Termo de Referência. Caso tal realização não seja feita dentro do prazo, a **CONTRATADA** ficará sujeita à multa estabelecida no edital.
- e) Todos os materiais e/ou peças para a realização dos serviços serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA** e deverão ser novas, originais e genuínas, devendo os mesmos conter marca, quando for o caso, em conformidade com a proposta apresentada na abertura da licitação;
- f) Os serviços e as peças de substituição serão inspecionados (qualitativa e quantitativamente) por um funcionário do Museu Goeldi ou um profissional designado pelo Fiscal do Contrato na hora da realização do serviço,
- g) A **CONTRATADA** deverá apresentar as peças substituídas e a embalagem original do material de consumo utilizado na realização do serviço.
- h) Nos casos em que for necessário o remanejamento do(s) equipamento(s) das dependências da **CONTRATANTE** para a manutenção, o traslado do(s) equipamento(s) será(ao) de responsabilidade da **CONTRATADA**.

8.2 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o MPEG/MCT.

8.3 O MPEG/MCT não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, representantes, ou quaisquer outros.

9. DOS DEVERES DA CONTRATANTE

Na execução do objeto do contrato, obriga-se o **CONTRATANTE** a:

- a) Indicar o **FISCAL** que acompanhará a execução do contrato;
- b) Conferir a qualidade do material a ser utilizado durante a realização dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.
- d) Manter, nas portarias do Parque Zoobotânico e Campus de Pesquisa, autorização para o acesso aos empregados da **CONTRATADA**;

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1 – As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 – Executado o objeto contratual, será ele recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (QUINZE) dias da comunicação escrita do contratado e definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3 – A execução do objeto será fiscalizada por representante da **CONTRATANTE**, designado para esse fim, doravante denominado simplesmente **Unidade Fiscal**, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

- a) solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias objetivando o fiel cumprimento do objeto do contrato;
- b) emitir pareceres em todos os atos do **MCT/MPEG** relativos à execução do contrato, em especial as aplicações de sanções ou alteração que se façam necessárias;
- c) solicitar a liquidação das respectivas faturas/notas fiscais junto ao Serviço Orçamentário e Financeiro;
- d) sustar os pagamentos das faturas/notas fiscais, no caso de inobservância pela contratada de qualquer exigência contratual;
- e) participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços a serem contratados;
- f) notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre todas as ocorrências que possam vir embaraçar o serviço contratado;
- g) acompanhar a vigência do contrato, comunicando por escrito à Coordenação de Administração - CAD, qualquer ocorrência de anormalidade;
- h) executar outras atividades inerentes à boa execução dos contratos.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas à Coordenação de Administração do MCT/MPEG, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

10.4 O contrato será gerenciado pelo Núcleo Gestor de Contratos no âmbito do MCT/MPEG, conforme OI 007/2010.

10.5. Todas as dúvidas e/ou omissões serão resolvidas pela Coordenação de Administração do Museu Goeldi.

10.6. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual

11.0 DAS SANÇÕES

11.1 O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;
- b) Multa de 0,3 % (três décimos por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, por dia decorrido em relação ao prazo estipulado, configurando-se, a partir do 30º dia o descumprimento total das obrigações assumidas;
- c) multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, na hipótese de, já tendo a **CONTRATADA** sofrido punição na forma prevista na alínea anterior, vir ela a cometer igual sanção, ou ainda, não efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais sanções cabíveis;
- d) suspensão temporária, de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos;, sem prejuízo das multas previstas neste contrato;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

11.2. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a **CONTRATADA** ou, efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

- 11.3. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso Fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas, e sempre a critério da autoridade competente.
- 11.4. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.
- 11.5 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução do contrato advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

12.0 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1 - O contrato a ser celebrado terá a mesma duração do prazo exigido para garantia e assistência técnica dos serviços realizados, ou seja, 04 (QUATRO) meses, contados da data de sua assinatura.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 - Os pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** em decorrência das obrigações assumidas serão efetuados mediante crédito bancário em favor da **CONTRATADA**.

13.2 - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os serviços efetivamente executados, conforme cronograma de execução mencionado no item 4 deste Termo de Referência.

13.3 - A **CONTRATADA** apresentará ao **FISCAL**, documento fiscal específico referente aos serviços realizados.

13.4 - O **FISCAL** terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

13.5 - O documento fiscal não aprovado pelo **FISCAL** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido para pagamento a partir da data de sua reapresentação.

13.6 - O prazo de pagamento, contado a partir da aprovação do documento fiscal, não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis.

13.7 - No ato do pagamento à **CONTRATADA**, serão consultados o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e o Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, para verificação da situação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, devendo seus resultados ser impressos e juntados aos autos do processo próprio.

13.8 - No caso de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratório, apurado desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = (N/30) \times (TR/100) \times VP$, onde:

EM: encargos moratórios;

N: número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

TR: percentual atribuído à Taxa Referencial no mês;

VP: valor da parcela a ser paga.

13.9 - O pagamento, quando houver revisão ou reajuste contratual, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, uma principal, correspondente aos preços iniciais e outra suplementar, relativa ao valor da revisão/reajuste devidas.

13.10 - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de qualquer débito para com o CONTRATANTE.

12.11 – Nos pagamentos efetuados, haverá retenção dos impostos e contribuições, conforme a Lei nº 9.430/1996 e a IN SRF nº 480, de 15/12/2004 e suas alterações posteriores.

14 – ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO

O gasto total estimado com a execução do contrato, relacionados nos itens 2 e 3, é da ordem de **R\$ 21.548,00** (Vinte e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais), a serem pagos em uma só parcela ao final dos serviços executados.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - A contratação será formalizada mediante assinatura de Contrato entre o MPEG e a (s) CONTRATADA (S).

14.2- Fica estabelecido o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir dúvidas ou pendências que não possam ser solucionadas administrativamente

Belém (PA), 25 de fevereiro de 2010.

Raimundo Mário Gomes da Cruz
Setor de Segurança Patrimonial
MCT/MPEG
Mat. SIAPE 672364



Ministério da
Ciência e Tecnologia



ANEXO II

Pregão MCT/MPEG Nº 006/2010
Processo nº 01205.000.025/2010.-50

FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL

(encaminhamento obrigatório, imediatamente após a fase de lances, no caso de proposta melhor classificada).

ITEM (A)	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (B)	UN. (C)	QUANT. (D)	Preço Custo (E)	Tributos* (F)	Transporte (G)	Outros* (H)	Lucro (I)	PREÇO UNITÁRIO FINAL (J)	PREÇO TOTAL (K)
PREÇO TOTAL POR EXTENSO (L):										

Prazo de validade da proposta, a contar da data de abertura do certame licitatório: _____ (não inferior a 60 dias), na hipótese de não ser indicado prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias corridos.

Declaro que nos valores ora propostos e naqueles que por ventura vierem a ser ofertados, através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do contrato objeto desta proposta.

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

Fax:

E-mail:

Banco:

Agência:


Conta Corrente Nº:

Local/Data:

Nome do Representante Legal:

CPF:

ANEXO III

	<u>TERMO DE CONTRATO</u>	<u>Nº/ANO:</u> ____/____
N.º DO PROCESSO: _____	<u>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</u> PREGÃO ELETRÔNICO	NUMERO ____/____

<u>EMPRESA:</u>			
<u>ENDEREÇO:</u>		<u>CIDADE:</u>	<u>UF:</u> PA
<u>CNPJ:</u>	<u>TELEFONE:</u>	<u>FAX:</u>	<u>CEP:</u>
<u>CONTA BANCÁRIA</u> <u>N.º:</u>	<u>INSTITUIÇÃO BANCÁRIA:</u>	<u>AGÊNCIA N.º:</u>	
<u>REPRESENTANTE LEGAL:</u>	<u>CPF:</u>	<u>ATO DE DELEGAÇÃO:</u>	

1. OBJETO

Prestação de Serviços de adaptação e manutenção corretiva do sistema de segurança do MCT/MPEG, composto de equipamentos e software de vigilância através de câmeras de monitoramento (CFTV), Alarmes de Presença e mecanismos de controle de acesso do MCT/MPEG, conforme descrição constante no Termo de Referência e na Proposta da CONTRATADA, que são partes integrantes e indissociáveis deste instrumento.

2. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

PRAZO DE ENTREGA	<u>INÍCIO:</u>	<u>TÉRMINO:</u>
<u>PRAZO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS</u>		
<p>2.1 O prazo para conclusão dos serviços será de 04 meses conforme Cronograma de Execução dos Serviços mencionado no item 4 do Termo de Referência.</p> <p>2.2 - Os serviços serão executados no Parque Zoobotânico, localizado na Av. Magalhães Barata, 376, São Braz, com entrada pelo portão da Travessa Nove de Janeiro, e no Campus de Pesquisa, localizado à Av. Perimetral, nº 1901, Terra Firme. – Os materiais e equipamentos utilizados no serviço de manutenção e adaptação do sistema de monitoramento eletrônico do MPEG devem ser de boa qualidade, sendo os mesmos inspecionados durante a execução dos serviços.</p> <p>2.3 – No caso de substituição de peças a CONTRATADA deverá apresentar marca em conformidade com a proposta apresentada na abertura da licitação, com garantia não inferior a 8 (OITO) meses a serem inspecionadas (qualitativa e quantitativa) pelo fiscal do contrato ou alguém por ele designado na hora da realização do serviço.</p> <p>2.4- As peças utilizadas durante a execução serviço deverão ser novas e originais, não sendo de forma alguma resultado de processo de reutilização, recondicionamento ou</p>		

remanufaturamento. Deverão conter lacre do fabricante da peça, acondicionados em suas embalagens (externa e interna) originais e em perfeito estado de conservação.

2.5 Os serviços deverão ser realizados nas dependências do MPEG, havendo necessidade de algum dos equipamentos serem retirados da Instituição, a CONTRATADA deverá justificar o motivo a CONTRATANTE, após sua autorização poderá retirar o(s) equipamento(s), ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer pagamento pelo serviço de remoção.

2.6. A inobservância do prazo estabelecido no Termo de referência poderá, a juízo do CONTRATANTE, determinar o seu cancelamento, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções previstas nesta Autorização de Serviço.

3. DO PREÇO

VALOR GLOBAL: R\$	VALOR POR EXTENSO:
---------------------------------	---------------------------

CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS A OBSERVAR

- 3.1 - A CONTRATADA apresentará documento fiscal específico, referente ao serviço.
- 3.2 - A Unidade Fiscalizadora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal para aprová-lo ou rejeitá-lo. O documento fiscal não aprovado pela Unidade Fiscalizadora será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação.
- 3.3 - O pagamento será efetuado dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da aprovação do documento fiscal;
- 3.4 - No preço estipulado na proposta estão incluídos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e paraiscais, e outras de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratual. Também estão inclusos todos os encargos de que trata este instrumento.
- 3.5 - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, no caso de:
a) execução em desacordo com o avençado;
b) existência de débito de qualquer natureza com o CONTRATANTE;
c) verificação de pendência junto ao SICAF.
- 3.6 - O pagamento somente poderá ser efetuado após atestada a conformidade do serviço, de acordo com as exigências contratuais.
- 3.7 - Para o pagamento, será feita consulta ao SICAF, para comprovar a situação de regularidade da CONTRATADA.
- 3.8 - A CONTRATADA durante toda a realização dos serviços, deverá manter todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

4. DA DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR:	NOTA DE EMPENHO N.º:	DATA DO EMPENHO:	
NAT. DA DESPESA:	FONTE:	PTRES:	PLANO INTERNO:

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1- DOS DEVERES DA CONTRATANTE

5.1.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se o **CONTRATANTE** a:

a) Indicar o **FISCAL** que acompanhará a execução do contrato;

- b) Conferir a qualidade do material a ser utilizado durante a realização dos serviços;
- c) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.
- d) Manter, nas portarias do Parque Zoobotânico e Campus de Pesquisa, autorização para o acesso aos empregados da **CONTRATADA**;

5.2- DOS DEVERES DA CONTRATADA

5.2.1 Na execução do contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a emvidar todo empenho e dedicação necessária ao seu fiel e adequado cumprimento, obrigando-se ainda a:

- a) Comunicar formal e imediatamente ao **FISCAL** de eventuais ocorrências anormais verificada na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível (no máximo vinte e quatro horas de ocorrência do fato);
- b) Recrutar em seu nome, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive dos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora;
- c) A **CONTRATADA** deverá realizar a substituição de qualquer empregado que, a critério do **CONTRATANTE**, não esteja habilitado à execução dos serviços;
- d) Realizar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado no Termo de Referência. Caso tal realização não seja feita dentro do prazo, a **CONTRATADA** ficará sujeita à multa estabelecida no edital.
- e) Todos os materiais e/ou peças para a realização dos serviços serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA** e deverão ser novas, originais e genuínas, devendo os mesmos conter marca, quando for o caso, em conformidade com a proposta apresentada na abertura da licitação;
- f) Os serviços e as peças de substituição serão inspecionados (qualitativa e quantitativamente) por um funcionário do Museu Goeldi ou um profissional designado pelo Fiscal do Contrato na hora da realização do serviço,
- g) A **CONTRATADA** deverá apresentar as peças substituídas e a embalagem original do material de consumo utilizado na realização do serviço.
- h) Nos casos em que for necessário o remanejamento do(s) equipamento(s) das dependências da **CONTRATANTE** para a manutenção, o traslado do(s) equipamento(s) será(ao) de responsabilidade da **CONTRATADA** .

5.2.2 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o MPEG/MCT.

5.2.3 O MPEG/MCT não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, representantes, ou quaisquer outros.

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1 -As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Executado o objeto contratual, será ele recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (QUINZE) dias da comunicação escrita do contratado e definitivamente, por servidor

comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assina pelas partes, após o decurso de prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.3 – A execução do objeto será fiscalizada por representante da **CONTRATANTE**, designado para esse fim, doravante denominado simplesmente **Unidade Fiscal**, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a) solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias objetivando o fiel cumprimento do objeto do contrato;
- b) emitir pareceres em todos os atos do **MCT/MPEG** relativos à execução do contrato, em especial as aplicações de sanções ou alteração que se façam necessárias;
- c) solicitar a liquidação das respectivas faturas/notas fiscais junto ao Serviço Orçamentário e Financeiro;
- d) sustar os pagamentos das faturas/notas fiscais, no caso de inobservância pela contratada de qualquer exigência contratual;
- e) participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços a serem contratados;
- f) notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre todas as ocorrências que possam vir embarçar o serviço contratado;
- g) acompanhar a vigência do contrato, comunicando por escrito à Coordenação de Administração - CAD, qualquer ocorrência de anormalidade;
- h) executar outras atividades inerentes à boa execução dos contratos.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas à Coordenação de Administração do MCT/MPEG, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

6.4 O contrato será gerenciado pelo Núcleo Gestor de Contratos no âmbito do MCT/MPEG, conforme OI 007/2010.

6.5. Todas as dúvidas e/ou omissões serão resolvidas pela Coordenação de Administração do Museu Goeldi.

6.6. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato a ser celebrado terá a duração de até 04 (QUATRO) meses, contados da data de sua assinatura.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento devido pelo **CONTRATANTE** em decorrência das obrigações assumidas serão efetuados mediante crédito bancário em favor da **CONTRATADA**.

8.2 – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, os serviços efetivamente executados, conforme cronograma de execução mencionado no item 4 do Termo de Referência.

8.3 - A **CONTRATADA** apresentará ao **FISCAL**, documento fiscal específico referente aos serviços efetivamente realizados.

8.4 - O **FISCAL** terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

8.5 - O documento fiscal não aprovado pelo **FISCAL** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido para pagamento a partir da data de sua reapresentação.

8.6 - O prazo de pagamento, contado a partir da aprovação do documento fiscal, não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis.

8.7 - No ato do pagamento à **CONTRATADA**, serão consultados o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e o Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, para verificação da situação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, devendo seus resultados ser impressos e juntados aos autos do processo próprio.

8.8 - No caso de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórias, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = (N/30) \times (TR/100) \times VP$, onde:

EM: encargos moratórios;

N: número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

TR: percentual atribuído à Taxa Referencial no mês

VP: valor da parcela a ser paga;

8.9 - O pagamento, quando houver revisão ou reajuste contratual, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, uma principal, correspondente aos preços iniciais e outra suplementar, relativa ao valor da revisão/reajuste devidas.

8.10 - O **CONTRATANTE** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;

b) existência de qualquer débito para com o **CONTRATANTE**;

8.11 - Nos pagamentos efetuados, haverá retenção dos impostos e contribuições, conforme a Lei nº 9.430/1996 e a IN SRF nº 480, de 15/12/2004 e suas alterações posteriores.

9. **DA RESCISÃO**

O não cumprimento, ou o cumprimento irregular das obrigações assumidas, configurando qualquer uma das situações descritas no art. 78 da Lei 8.666/93, ensejará a imediata rescisão do presente instrumento.

10. **DAS SANÇÕES**

10.1 O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

b) Multa de 0,3 % (três décimos por cento) do valor total do contrato, devidamente

atualizado, por dia decorrido em relação ao prazo estipulado, configurando-se, a partir do 30º dia o descumprimento total das obrigações assumidas;

- c) Multa de 10 % (dez por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, na hipótese de descumprimento total das obrigações assumidas ou, já tendo a CONTRATADA sofrido punição na forma prevista na alínea anterior, vir ela a cometer nova infração, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais sanções cabíveis;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UNIÃO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do Art.28 do Decreto 5.450/2005, sem prejuízo das multas previstas neste contrato;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

10.2 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA, ou efetuadas a sua cobrança na forma prevista em lei.

10.3 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente.

10.4 A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

10.5 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução do contrato advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

11. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A execução do contrato ora estabelecido será feita com observância dos preceitos de direito público e, em especial, das disposições da Lei nº 10.520, de 17.06.2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 de 21.06.93, Lei Complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/2007 e Lei 9.784/99 e suas alterações posteriores, da Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 alterada pela Instrução Normativa nº 03/2009, Instrução Normativa nº. 04/2009 e Instrução Normativa nº. 05/2009, e em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.

12. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Fazem parte integrante deste TERMO DE CONTRATO, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados:

- a) Edital de Pregão nº 006/2010;
- b) Proposta da adjudicatária;
- c) Termo de Referência.

13. DO FORO

Elegem as partes o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará para discutir dúvidas ou pendências que não possam ser solucionadas administrativamente.

DATA E ASSINATURAS

Belém/Pa,

Pelo CONTRATANTE:	Pela CONTRATADA:
<u>Representante legal/carimbo</u>	<i>Representante legal</i>

TESTEMUNHAS:

Nome CPF:	Nome: CPF:
--------------	---------------

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO MCT/MPEG N.º ____ / ____
Processo n.º _____

DECLARAÇÃO

_____,
(razão social da licitante)

inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na _____

_____,
(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____

infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____

e do CPF/MF n.º _____, para os fins de habilitação no

Pregão MCT/MPEG 006/2010 DECLARA expressamente, nos termos do inciso V, do art.27, da Lei 8.666/93 e inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, que:

Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal)

OBS: Esta declaração deverá ser enviada pela licitante declarada vencedora via fax, imediatamente após o encerramento dos lances, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

ANEXO V

Processo: 01205.000.025/2010-50

Pregão Eletrônico: 006/2010

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____, (razão social da licitante)

inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na _____,
(endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e do CPF/MF n.º _____,
para fins do disposto no item 3.3 do Edital de nº _____, declara, sob as penas da lei, em
especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe, foi elaborada de maneira independente pela empresa _____, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em epígrafe antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação em epígrafe não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de _____ (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)